

PRÉ-CANDIDATO AO GOVERNO DO PARÁ

ADOLFO
VICE **VERA**

**Federação PSOL +
Rede Sustentabilidade**

**DIRETRIZES
PARA O PROGRAMA
DE GOVERNO
PARÁ - 2023/2026**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
UM NOVO MODELO ECONÔMICO PARA O ESTADO É URGENTE	2
1 PARÁ COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS	3
1.1 DIRETRIZES	3
1.1.1 Desenvolvimento Econômico e Economia Socioambiental	3
1.1.2 Meio Ambiente: Uma Alternativa Ecosocialista para Deter o Colapso Ambiental	3
1.1.3 Direito à Cidadania a Todos e Todas Paraenses	5
2 O POVO NO CENTRO DAS DECISÕES	6
2.1 DIRETRIZES	6
2.1.1 O Povo no Centro das Decisões e da Agenda de Políticas de Governo	6
2.1.2 Capacitação e Financiamento Popular	6
2.1.3 Uma Educação Democrática e Libertadora	7
3 MULHERES, JUVENTUDE E A DIVERSIDADE SOCIAL	9
3.1 DIRETRIZES	9
3.1.1 Em Defesa da Vida das Mulheres e seus Direitos	9
3.1.2 A Violência como Obstáculo ao Direito ao Futuro	9
3.1.3 Pluralidade: A Marca do PSOL	10

APRESENTAÇÃO

UM NOVO MODELO ECONÔMICO PARA O ESTADO É URGENTE

No cenário de um estado rico em diversidade e de riquezas naturais e minerais, parcela significativa da população enfrenta problemas como a insegurança alimentar. Um estado no qual o número de beneficiários do programa Auxílio Brasil é maior que o número de pessoas com carteira de trabalho assinada, evidencia que, apesar do Estado do Pará ser rico, sua população é pobre.

Tal diagnóstico tem relação direta com o modelo de desenvolvimento econômico a ser adotado pelo próximo governo. Em meio a forte crise econômica que assola o país, resultado da desastrosa perspectiva econômica ultraneoliberal, é necessário que o próximo governo tenha firme interesse em diminuir as desigualdades sociais, gerar emprego e renda, proteger o meio ambiente e garantir a oferta de direitos sociais de modo a garantir o mínimo existencial a todos e todas (efetivando a dignidade humana a toda a população). Será necessário enfrentar um debate fundamental que diz respeito à distinção entre as concepções de crescimento e desenvolvimento econômico, pois apesar de muitos entenderem que são sinônimas, há forte diferença entre elas.

Assim, quando se fala em crescimento econômico prioriza-se o aspecto financeiro, o lucro empresarial, a ampliação das plantas industriais dos grandes projetos instalados em solo paraense e tem no conhecido, porém inadequado, Produto Interno Bruto (PIB) o meio de aferição do seu crescimento e que, por muitas vezes, é erroneamente denominado de desenvolvimento.

Por outro lado, para utilizar-se o conceito mais atual e apropriado de desenvolvimento, torna-se fundamental que a preocupação com o aspecto econômico esteja alinhada com os interesses e valores inerentes à proteção e recuperação do meio ambiente, bem como, com a vida e o bem-estar de toda a população paraense.

Desta feita, o modelo econômico que impera há décadas na Amazônia e, sobretudo, no Estado do Pará é inadequado e insustentável, por não harmonizar as multidimensões da vida. Um modelo proposto pelo PSOL integra no mínimo: economia, natureza e as mulheres, homens, crianças e jovens.

Afinal, se tal paradigma econômico estivesse correto, não existiria um descompasso entre a figura de um Estado rico e uma população extremamente pobre. Muito pelo contrário, as grandes empresas e os projetos econômicos (sobretudo, os ligados à mineração) teriam obtido suas receitas vultosas (como têm obtido desde sempre), mas existiria uma população feliz e saudável, porque possuiriam a sua disposição a oferta de empregos dignos, obras e serviços públicos necessários à garantia de sua qualidade de vida, assim como, o meio ambiente estaria preservado e equilibrado tal como prevê o Art. 182 da Constituição Federal, com a perspectiva de responsabilidade intergeracional inserida em um paradigma de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Desse modo, o Partido Socialismo e Liberdade defende que seja implementada urgentemente uma mudança de modelo econômico para o Brasil e, principalmente para o Estado do Pará, construir um Pará do futuro. Esse com a garantia integral dos direitos vigentes a toda população paraense, tornando-a também rica em direitos e bem-estar social, em um modelo de desenvolvimento no qual a aplicação dos recursos públicos viabilize a partilha das riquezas do Estado.

1 PARÁ COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS

1.1 DIRETRIZES

1.1.1 Desenvolvimento Econômico e Economia Socioambiental

Para alterar o paradigma de desenvolvimento é necessário direcionar recursos públicos para infraestrutura que atraiam novos investimentos e possibilite um ciclo virtuoso capaz de gerar respostas rápidas nas taxas de emprego e aumento da renda familiar. Dessa forma, contribuindo decisivamente para a retomada e superação da crise econômica que assola o Brasil e o Estado do Pará com sua população majoritariamente empobrecida.

A imediata retomada de investimentos em infraestrutura, porém, não pode desconsiderar o previsto na legislação ambiental e no que entendem os povos tradicionais, por respeito à Convenção nº 169 da OIT. Além disso, a Consulta Prévia, Livre e Informada dos povos ribeirinhos, dos indígenas e dos quilombolas deve ser realizada sempre que determinado projeto ou obra puder causar impacto no meio ambiente e, principalmente, nos modos de vida das populações tradicionais da Amazônia.

O PSOL não despreza aquilo que se chama de direitos da natureza, pois na sua visão de desenvolvimento, considera necessariamente esta importante variável, gerando a construção da justiça ambiental, onde as externalidades negativas sejam reguladas e reinseridas no processo produtivo ao invés de repartir com toda a sociedade somente os impactos ambientais, sociais e da desordem econômica.

Assim, o desenvolvimento socioambiental deve considerar os direitos da natureza, especialmente, em relação ao equilíbrio entre os seres humanos e outras espécies do planeta. Apesar de não ser juridicamente preciso, trata-se de um conceito que já está presente no debate jurídico e jurisprudencial, além de que deve fazer parte desta nova concepção de desenvolvimento que o PSOL defende.

1.1.2 Meio Ambiente: Uma Alternativa Ecosocialista para Deter o Colapso Ambiental

Consideramos que a humanidade deixou passar o momento para alterar sua relação com a natureza e os recursos naturais. Entendemos que é urgente e necessário a implementação de uma perspectiva ecosocialista, caso contrário, a humanidade

estará fadada a extinção. Não se pode alegar que tal assertiva tem um tom alarmista. Basta observar atentamente o fenômeno do aquecimento e as consequências advindas dele: enchentes, mudanças drásticas no clima, deslizamentos, aumento do nível dos oceanos, derretimento das calotas polares. Esses eventos sucessivos e em menor intervalo de tempo têm obrigado a muitos países e cidades a adotarem novas posturas para conter os resultados decorrentes de tais eventos climáticos agudos.

Reconhecemos que é preciso mudar o sistema como um todo para não mudar o clima de vez. Todavia, há temas de transição que exigem atenção e execução imediata, tais como a destruição desenfreada da natureza e dos biomas, que são atualmente, sinônimos do bolsonarismo. Afinal, os atos, falas e realizações do atual Governo Federal demonstram o total desprezo pela questão ambiental.

Assim, as tarefas que o PSOL propõe para conter o pior da crise ambiental que a humanidade já presenciou são urgentes e exigem ousadia em relação a alguns temas, tais como: à propriedade da terra, à transição energética, à produção de bens e serviços e aos direitos da natureza num contexto de transformação social. Portanto, a demarcação e a regularização fundiária devem ser imediatas para todos os territórios das populações tradicionais, já que são essas as que sabem melhor preservar a Amazônia.

Faz parte da nossa proposta uma política de desmatamento zero, manejo e restauração das florestas, tendo como limite temporal o ano de 2030, focando na melhoria da eficácia e nas ações de comando e controle (fiscalização e punição) em relação à atividade agropecuária tradicional que gera grande volume de desmatamento e queimadas e emissão de gases.

No que tange à regularização fundiária, nossa proposta busca dotar de estrutura adequada o Instituto de Terras do Pará para conter a grilagem de terras. Também, com o apoio de demais órgãos da administração pública, buscar promover o confisco de terras e bens que tenham relação com os crimes ambientais;

Ademais, é fundamental apoiar a reforma agrária popular e agroecológica como contraposição aos grandes latifúndios voltados à exportação de commodities que tanto mal geram ao meio ambiente. Esses contribuem decisivamente para a derrubada da floresta ao utilizar excessivamente água para irrigação e produzir poucos alimentos para a população brasileira, gerando um grande paradoxo: o Brasil é um dos maiores exportadores de grãos, mas atualmente mais de 33 milhões de brasileiros estão sofrendo insegurança alimentar. Logo, a soberania alimentar deve ser também uma das metas do governo a ser alcançada no Estado do Pará, produzindo-se alimentos que atendam a sua população em detrimento da exportação de grãos e demais commodities, que servem apenas para enriquecer empresas transnacionais e garantir o superávit da balança comercial.

A urgência da mudança de matriz energética (fato que é uma realidade em diversos países) leva-nos a crer que o Estado do Pará também pode dar uma forte contribuição em favor do fim da dependência dos combustíveis fósseis. Desta feita, por meio da utilização extrafiscal do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA),

o Estado do Pará fomentará a aquisição de veículos com motorização menos poluente. Basta que haja uma alteração legislativa de modo a graduar as alíquotas do imposto, tornando-as progressivas em razão do grau de poluição dos motores dos veículos. Ou seja, quanto mais poluentes, mais será a alíquota do IPVA e, de outro modo, quão menos poluente, menor será a sua carga tributária.

1.1.3 Direito à Cidadania a Todos e Todas Paraenses

Cidadania significa respeitar e garantir a dignidade humana a todos e, para tanto, é fundamental que o aparelho institucional do Estado do Pará consiga garantir obras e serviços, em especial, nas regiões mais carentes. Logo, são necessárias políticas públicas que priorizem investimentos e custeio nas áreas de maior vulnerabilidade social, tais como: saúde, educação, moradia, emprego e renda e a segurança alimentar.

Sem perder a noção de que as receitas orçamentárias, isto é, o dinheiro para arcar com todas as políticas públicas, ainda ficam aquém de todas as necessidades da população, entendemos que é possível aprimorar a gestão orçamentária-financeira. Isso é possível alocando recursos de modo mais eficiente para que o instrumento de planejamento orçamentário seja uma ferramenta estatal de intervenção na economia, com o objetivo de redistribuir renda e riqueza, bem como manter a atividade econômica e os preços equilibrados.

Assim, alterando o modelo de utilização do orçamento para que ele sirva aos interesses públicos, temos a certeza de que a gestão orçamentária estatal terá condições de reduzir a pobreza. Portanto, garantindo cidadania às parcelas da população que mais necessitam e, ainda, estimular as atividades econômicas, sem perder o foco nos passivos ambientais.

Desse modo, as renúncias fiscais devem ser revistas para que seus efeitos sejam verdadeiramente extrafiscais e contribuam com a alteração de paradigma de desenvolvimento econômico no Estado do Pará. Permite-se então que o agronegócio e a mineração operem, porém dentro de uma governança estatal que assegure o respeito ao meio ambiente e à população paraense.

Por meio de uma nova perspectiva de gerir o orçamento público será possível, por exemplo, implementar uma política pública de Estado (perene) que garanta uma renda básica de cidadania universal. É inadmissível que em um Estado cheio de riquezas sua população seja tão pobre a ponto de sofrer com o flagelo da fome, com o desemprego e a moradia indigna.

Outra maneira de garantir cidadania e diminuir desigualdades socioeconômicas no Estado do Pará é implementar um programa estadual de ação afirmativa que seja capaz de gerar equidade no acesso a diferentes serviços públicos, notadamente, no âmbito dos concursos públicos do Estado e no acesso à rede de educação pública, inclusive o ensino superior (Universidade do Estado do Pará).

2 O POVO NO CENTRO DAS DECISÕES

2.1 DIRETRIZES

2.1.1 O Povo no Centro das Decisões e da Agenda de Políticas de Governo

O PSOL almeja garantir a transparência no âmbito das ações da administração pública estadual e para tanto entende que o texto constitucional precisa ser obedecido. Isto porque, em diversos dispositivos da Constituição Federal, está explícita a importância da participação popular ao longo do processo de construção do planejamento e de gestão das diferentes políticas públicas.

E quando pensamos em planejamento estatal, incluímos como ator principal o povo, desde aquele mais humilde até a pessoa com maior instrução. É ele que tem conhecimento sobre quais são os problemas mais agudos que afligem sua vida. Desde a escola dos filhos que não tem professores em determinadas disciplinas ou está localizada a quilômetros de distância da sua residência, passando pela ausência de água e saneamento em seu bairro ou cidade, até a falta de hospitais de média complexidade em sua cidade.

Logo, deve ser a população em conjunto com os servidores e técnicos públicos que definirão quais serão as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública. Seja para as despesas de capital (investimentos) por meio do Plano Plurianual (PPA), as metas de curto prazo e prioridades na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a execução do planejamento através da Lei Orçamentária (LOA), bem como as demais normas jurídicas que digam respeito ao planejamento e a gestão de políticas públicas setoriais no Estado do Pará.

Fortalecer os conselhos das diferentes políticas públicas também será uma orientação da administração do PSOL no governo estadual, afinal, é nos conselhos que a sociedade deverá reunir-se para exercer a governança social e democrática sobre todas as políticas públicas.

A população precisa ser comandar, influenciar o centro do poder; precisa estar empoderada, ciente de seu importante papel na construção de uma sociedade livre, justa e democrática.

2.1.2 Capacitação e Financiamento Popular

Entendermos que é vital uma política de Estado que garanta uma renda básica universal para impedir que exista fome e insegurança alimentar. Porém, na mesma sintonia e com a mesma intensidade, compreendemos que é imperioso que o Estado do Pará destine recursos a políticas públicas que visem ao ensino técnico e qualificação da população. Assim, ela poderá buscar espaço no mercado de trabalho, bem como gerir suas próprias atividades econômicas, aquelas que garantem a sobrevivência da maior parte do povo do Pará, gerando, por consequência, emprego e renda.

Não há como desconsiderar os dados do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET), da UFPA, a taxa de desocupação do país no 1º trimestre de 2022 foi de 11,1%, o que demonstra uma estabilidade em relação ao 4º trimestre de 2021, que apresentou o mesmo número. O Observatório também destaca que a taxa de desocupação por sexo foi de 9,1% para os homens e 13,7% para as mulheres no mesmo período, Já a taxa de desocupação por *cor ou raça* ficou abaixo da média nacional para os brancos (8,9%) e acima para os pretos (13,3%) e pardos (12,9%).

No que se refere à taxa de informalidade, segundo o OPAMET, no Brasil foi de 40,1% da população ocupada. Entre os estados, o Pará tem a maior taxa de informalidade com 62,9%, seguido pelo Maranhão (59,7%) e Amazonas (58,1%).

Entretanto, também é necessário que o Estado do Pará crie mecanismos e fontes de financiamento popular, por meio da concessão de microcréditos com taxas de juros bem diferenciadas e com a menor burocracia possível. Isso visa a dar suporte às famílias ou pessoas que necessitem adquirir produtos e máquinas para produzirem e venderem produtos ou prestarem serviços, tal como ocorre em Belém por meio do Banco do Povo. Tal iniciativa deixa óbvio com seus resultados que o financiamento popular é um ação de sucesso que se contrapõe à lógica capitalista predominante que busca tornar privativo os financiamentos na rede de bancos privados.

Sendo assim, capacitando a população e concedendo crédito para que possam iniciar suas atividades profissionais, evitaremos a necessidade de políticas públicas de cunho meramente assistencialista que, por mais que ajudem momentaneamente, não permitem que a população e as famílias possam continuar suas jornadas sem contar com o apoio estatal. Ou seja, impedem o empoderamento dos cidadãos que continuam a ser reféns nas mãos de atores políticos que mantêm suas carreiras na política às custas da ignorância e da miséria da população.

Outra maneira de empoderar a população é por meio de uma séria política de habitação e de regularização fundiária. Essas permitiriam o fim da insegurança na posse da terra por intermédio da concessão de títulos de posse e propriedade, dados, preferencialmente, às mães e mulheres.

2.1.3 Uma Educação Democrática e Libertadora

A política pública de educação deve ser inclusiva, pública e de qualidade, pois está assegurada na ordem jurídica nacional.

Assim, algumas ações precisam ser desenvolvidas para que o objetivo acima seja alcançado, dentre elas:

- Implementação de parceria com os municípios para zerar o analfabetismo no Estado do Pará;
- Ampliação das Escolas de Tempo Integral e o fortalecimento das escolas Técnicas;

- Ampliação da Educação do Campo, das águas e das florestas nos territórios ribeirinhos, dos assentados da reforma agrária, bem como a educação indígena, quilombola e educação de jovens, adultos e idosos (EJA);
- Garantir uma educação escolar inclusiva, na qual o Pará seja o território para as pessoas com deficiência com equipamentos adequados às suas especificidades;
- Garantir no currículo o debate em torno das questões que envolve as pessoas LGBTQIA+ e a Lei nº 11.645/08, valorizando a cultura e fortalecendo assim a luta dos povos indígenas e quilombolas.

No que tange à valorização dos profissionais da educação, o PSOL sempre foi um ator político de vanguarda no respeito, defesa e valorização de todos aqueles que fazem a educação pública no Brasil. Para tanto, propõe algumas ações a serem implementadas no Estado do Pará:

- Rever o Plano de Cargo e Carreira dos professores e demais profissionais da educação;
- Investir na formação de professores e em equipamentos e material pedagógico que possam contribuir com o trabalho dos educadores;
- Valorizar os profissionais do quadro de apoio com mecanismos de evolução funcional e progressão salarial;
- Realizar concurso público para todas as categorias;
- Ampliar o número de profissionais nas escolas, com a presença de psicólogos e assistentes sociais, garantido a presença de uma equipe multidisciplinar no processo de ensino-aprendizagem;
- Garantir a formação continuada dos profissionais da educação, firmando parcerias com universidades públicas;
- Estabelecer programas de prevenção e combate ao adoecimento dos profissionais da educação.

E como a educação libertadora precisa ser democrática, o PSOL entende que algumas ações precisam ser realizadas no âmbito da estrutura dos órgãos da educação pública do Estado do Pará, tais como:

- Definir que a gestão democrática da educação aconteça por meio da eleição direta para os diretores, pelo controle popular com o fortalecimento dos Conselhos +Escolares e o Projeto Político Pedagógico;
- Empoderar e formar a população para o controle social do orçamento público e a participação nos Conselhos Escolares;
- Estimular a criação dos grêmios estudantis livres e independentes;
- Democratizar e harmonizar o currículo, a partir das experiências das comunidades em que a escola está inserida, na perspectiva de se ter um currículo pautado na *práxis* libertadora, conforme lição de Paulo Freire.

3 MULHERES, JUVENTUDE E A DIVERSIDADE SOCIAL

3.1 DIRETRIZES

3.1.1 Em Defesa da Vida das Mulheres e seus Direitos

O PSOL visa a se contrapor à lógica existente no que tange às diversas políticas públicas, sobretudo, a política de emprego e moradia, bem como a política de saúde pública e que, na prática, não garante o exercício do direito fundamental à saúde.

Se o recorte for ampliado levando-nos a analisar as mulheres e pessoas subalternizadas pela condição de pobreza e raça, o problema ganha maior dimensão e complexidade de solução.

Desse modo, é fundamental que o governo do Estado do Pará deverá implementar:

1. Um programa de educação sexual nas unidades escolares e de saúde básica, incluindo o ambiente rural e todas as comunidades tradicionais existentes no Pará; 2. Programa que garanta a dignidade menstrual para pessoas em vulnerabilidade social; 3. Amplo acesso a contraceptivos e aborto legal pela rede do Sistema Único de Saúde (SUS); 4. Avançar na universalização do acesso a creches públicas e inclusão de período noturno de cuidados infantis em zonas urbanas e rurais;

3.1.2 A Violência como Obstáculo ao Direito ao Futuro

De acordo com o Atlas da Violência (2021), no Estado do Pará, apesar da redução da taxa de homicídios nos dois últimos anos, ainda apresenta uma das maiores taxas de homicídios do país, chegando a 39,6 a cada cem mil habitantes (o máximo é de 42,7).

Quando o recorte da pesquisa dá atenção ao assassinato de jovens, infelizmente, o Estado do Pará garante sua posição de destaque negativo no ranking, obrigando-nos ao questionamento sobre como modificar tal cenário de desrespeito ao direito ao futuro de parcela expressiva da nossa população.

Desse modo, em busca de respeitar o direito ao futuro, entendemos que é fundamental promover e estimular políticas públicas que gerem empregos sustentáveis e renda, bem como sejam alocados recursos financeiros suficientes ao investimento e ao custeio na educação pública, em cultura, em esporte e tecnologia para que os jovens do Estado do Pará tenham o direito de sonhar com o seu futuro.

As novas formas de exploração do trabalho criadas pelo capitalismo, tais como a denominada “uberização”, apesar de ser um problema de dimensão mundial, precisa ser enfrentada pelos governos subnacionais como o do Estado do Pará. Não é admissível que três de cada quatro jovens no mundo entrem no mercado de trabalho através da informalidade e via trabalhos por aplicativo que não garantem direitos sociais e trabalhistas mínimos e que remuneram com valores irrisórios o trabalhador, esse submetido a jornadas extensas, cansativas e repletas de risco, sob a falsa narrativa de que são empreendedores.

Dessa maneira, o alto índice de desemprego, o aumento da precarização das regras trabalhistas e alta rotatividade geram pressões nos jovens que os impedem de continuar os estudos. Isso implica em um enorme ciclo vicioso que gera o aprofundamento da pobreza e o aumento das desigualdades em nosso país.

Entendemos que as alternativas viáveis para enfrentar este fenômeno moderno da precarização do mercado de trabalho são os investimentos na educação, seja a técnica, seja a voltada à continuidade acadêmica, assim como, o estímulo à criação de cooperativas de trabalho de modo a ser um contraponto às empresas “uberizadas”. Ainda também fomentar a verticalização da produção no Estado do Pará para que os recursos minerais e naturais sejam transformados e, posteriormente, vendidos por maiores valores e deixando um rastro de externalidades positivas, tais como, a geração de emprego e o fim da dependência econômica sustentada pela mineração e a produção de commodities.

3.1.3 Pluralidade: A Marca do PSOL

Nestas eleições, o momento é propício para propor avanços em todos os campos programáticos que tenham como finalidade o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, mas também o racismo, as questões étnicas, a desigualdade de gênero e a superação de problemas históricos como a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são quase sempre perdedoras em oportunidades, em vitórias, em reconhecimentos.

Avançar quer dizer incorporar na formulação de políticas públicas um olhar diferenciado que aponte para o trabalho decente para mulheres e homens, mas com a percepção destes últimos de que devemos reduzir a carga do trabalho doméstico sobre o gênero feminino, e que o mesmo deve ser partilhado. Há uma grande quantidade de trabalho que as famílias e a sociedade precisam: os clássicos cuidados com crianças, pessoas com deficiência, doentes, idosos, entre outros, que representam uma classificação de economia do cuidado, porém que é feito de forma gratuita e pelas mulheres. Esse volume de trabalho deveria ser contabilizado no PIB para ter a justa valoração, compor a infraestrutura pública de bens e serviços comuns e para reduzir a carga privada de cuidados, além de criar mais postos de trabalho.

Uma política de cuidados, deve ser estruturante para enfrentar o debate ideológico sobre a desigualdade de gênero, masculinidade e machismo e na reparação dos direitos historicamente tirados das mulheres. Deve acolher as mudanças nos padrões familiares e persistir em todos os espaços, inclusive com forte presença na educação oficial de meninos e meninas. Somente assim as políticas e programas de cuidado poderão ser implementados com foco em romper o ciclo de pobreza do qual as mulheres têm mais dificuldade de escapar por serem naturalizadas como cuidadoras.

Infelizmente, quando as mulheres são negras, mais uma camada de preconceito e desrespeito sobre elas é imposta pela sociedade patriarcal na qual o racismo faz parte de suas estruturas. Logo, é um cenário que requer enfrentamento para que o processo de mudança seja contínuo em rumo a uma sociedade menos desigual, desprovida de racismo e preconceito.

O PSOL também defende a igualdade e o respeito quando a temática é relacionada àqueles seres humanos que se enquadram na sigla LGBTQI+, sobretudo, na era pós-Bolsonaro evidenciou-se o aumento da violência e de homicídios contra a população LGBTQI+. É necessário que o poder público intervenha, seja por meio de seu aparato de repressão policial para conter os agressores e assassinos, seja por meio das demais instituições visando garantir respeito e dignidade a essa população.

Sendo assim, o PSOL possui em seu estatuto espaço para que a população LGBTQI+ possa fazer parte da política, sobretudo, por meio de candidaturas que expressem o seu lugar de fala.

No mesmo sentido, o PSOL tem fomentado e respeitado a participação de indígenas na vida e construção partidária, pois entendemos que tal população também está sujeita a uma série de preconceitos e obstáculos impostos pela sociedade brasileira.